

# A JUSTIFICAÇÃO DE UMA MORAL COMPARTILHADA

*The justification of a shared morality*

Régis Franco Casarin\*

---

**Resumo:** Nesse texto exponho a análise que Tugendhat faz, no artigo *O problema de uma moral autônoma*, sobre a justificação de uma moral autônoma. Começo com a explanação sobre a diferença entre moral heterônoma e autônoma. Depois passo a apresentar a visão histórica sobre a temática da moral autônoma. Aqui o nosso autor analisa três visões: autonomia kantiana, Contratualismo e moral da compaixão de Schopenhauer. Exponho, então, o pensamento de Tugendhat sobre o que ele entende por moral autônoma, a necessidade desta ser compartilhada e ter por base e justificação uma raiz dupla: interesse próprio e compaixão. Finalmente faço algumas observações sobre o conceito de moral apresentado pelo próprio Tugendhat e sobre a realidade da justificação da moralidade exposta pelo nosso autor.

**Palavras-chave:** Tugendhat. Moral. Autonomia Compartilhada. Interesse Próprio. Compaixão.

**Abstract:** In this paper I give present the analysis which Tugendhat provides in his article *An autonomous moral problem* on the justification of an autonomous morality. I start with the explanation of the difference between heteronomous and autonomous morality. Then I present a historical view of the theme of moral autonomy. He analyzes three conceptions: Kantian autonomy, contractualism and moral of the compassion of Schopenhauer. Then I explain the following: Tugendhat's ideas about what he meant with moral autonomy, the importance for moral autonomy to be shared and to be based on both: self-interest and compassion. Finally, I make some remarks on the concept of morality presented by Tugendhat and on the reality of the justification of morality showed by the author.

**Keywords:** Tugendhat. Moral. Autonomy shared. Self-interest. Compassion.

---

\*Mestrando em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CAPES.

E-mail: rfcasarin@hotmail.it

## Introdução

Certo dia um adolescente chega para os seus pais e lhes pergunta: “Pai, mãe, por que devo me comportar segundo exigências morais e por que devo concordar com essas exigências?” Dependendo da crença ou cultura dos pais desse garoto as respostas seriam variadas. Se fossem religiosos, provavelmente diriam: ”Porque são mandamentos de Deus e Ele é nosso pai do céu”. Claro que isso só serviria se esse garoto fosse crente em Deus. Numa perspectiva kantiana, a resposta poderia ser dupla: primeiro, porque são mandamentos da razão e, segundo, porque a razão pura é o núcleo de nosso ser. Realidade essa que só seria possível caso houvesse uma identificação com a razão pura. Outra resposta possível vem em forma de pergunta: “O que é que tu mesmo queres?”, perguntariam os pais a esse garoto.

Não é preferível viver em um ambiente que se reconhece certas obrigações, como não mentir, por exemplo? Mas aqui temos que partir de uma obrigação prévia a este acordo e também o que garante ao adolescente o cumprimento desse acordo, quando essa pessoa se encontrar sozinha? Ou até poderiam apelar para a compaixão para com o outro, a certo altruísmo. O garoto poderia questioná-los, já que essa compaixão não é generalizada, pois pode ser despertada em algumas pessoas e em outras não. O que me obrigaria, então, a viver moralmente em todas as circunstâncias, culturas e ambientes? Essas são questões que Tugendhat vai expondo ao longo do texto estudado.

Nesse artigo exponho a análise que Tugendhat faz, em *O problema de uma moral autônoma*, sobre a justificação de uma moral autônoma. Em primeiro lugar, faço uma breve explanação sobre a diferença entre moral heterônoma e autônoma. Depois passo a apresentar a visão histórica sobre a temática da moral autônoma. Aqui o nosso autor analisa três visões: autonomia kantiana, contratualismo e moral da compaixão de Schopenhauer. Exponho, então, o pensamento de Tugendhat sobre o que ele entende por moral autônoma, a necessidade desta ser compartilhada e ter por base e justificação uma dupla raiz: interesse próprio e compaixão. Finalmente faço algumas observações sobre alguns aspectos analisados pelo autor.

### 1. Heteronomia ou Autonomia?

Tugendhat começa o seu texto com uma constatação: vivemos uma desorientação com respeito à moralidade, entenda-se moralidade como “o sistema de exigências recíprocas”<sup>1</sup>. Isso se deve

<sup>1</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.134.

ao fato de que, apesar de termos convicções morais fortes, “não podemos dizer em que estão baseadas”<sup>2</sup>. Logo ele dá o motivo para tal desorientação: por um lado, fundamento heterônomo da moral, ou seja, fundada na religião ou tradição, que já não nos convence mais, e, por outro lado, não temos uma concepção clara de uma moral autônoma. E isso se deve ao fato de que “a consciência moral contemporânea consiste numa mistura de fatores de distintas proveniências”<sup>3</sup>. Nietzsche diz, por exemplo, que com a morte de Deus temos que renunciar a toda moral. Mas para Tugendhat, o problema da descentralização da autonomia da moral é mais profundo. Em suas palavras:

Muitos filósofos contemporâneos, em particular no mundo anglo-saxão, creem que o critério para uma afirmação moral ser correta é que concorde com a consciência moral que temos hoje. Se, contudo, a consciência moral que temos consiste, como disse, numa mistura de ideias heterônomas e autônomas, se a consciência moral tem que servir como critério, então a pergunta por uma moral autônoma teria que perder seu sentido. Parece-me que a ideia de uma moral autônoma é que deveria servir como critério para avaliar a consciência moral contemporânea<sup>4</sup>.

O problema disso está no fato de que tais filósofos pensam que a consciência moral é imutável. Para o nosso filósofo, isso só seria possível se tal consciência fosse divina ou geneticamente determinada. Isso não se dá pelo simples fato de que “a moral humana baseia-se em normas, quer dizer, em imperativos recíprocos, que, além disso, têm que ser entendidos como justificados”<sup>5</sup>. Assim a moral humana pode se adaptar a distintos contextos.

Com essa concepção formal de moral a pergunta pela justificação autônoma ganha espaço e sentido, mas só se “distingue entre dois tipos de justificação de tais sistemas normativos, uma justificação heterônoma, ou seja, autoritária, e uma justificação autônoma”<sup>6</sup>. E não só isso, com esse problema resolvido, encontra-se o ponto de partida para uma reflexão sobre a justificação de uma moral autônoma: “um conceito geral de moral em abstração de todo conteúdo”<sup>7</sup>.

Agora ele nos traça o caminho: 1) como entender uma moral em geral; 2) para, assim, chegar à resposta sobre o entendimento de uma moral autônoma. Isso só será possível uma vez que se distinga justificação heterônoma de justificação autônoma, pois toda moral só será autônoma se for justificada de maneira autônoma.

<sup>2</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.114.

<sup>3</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.114.

<sup>4</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.115.

<sup>5</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.115.

<sup>6</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.116.

<sup>7</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.116.

## 2. Visão histórica da justificação autônoma da moral

Tugendhat expõe e analisa três tentativas de uma fundamentação (justificativa) autônoma da moral: autonomia da razão prática em Kant, o contratualismo e a moral da compaixão de Schopenhauer.

### 2.1. Autonomia kantiana

Kant é quem introduz a noção de autonomia na moral. Mas se trata realmente de uma autonomia? Para poder responder essa pergunta precisamos ver o pensamento kantiano sobre a moral. Tugendhat destaca duas convicções essenciais:

Primeiro, Kant é um daqueles filósofos que pensam que todos os homens, em todos os tempos, tinham tido uma e mesma consciência moral, e, no caso de Kant, isso esteve baseado em que ele, segundo, pensava que a consciência moral fosse fundada naquilo que ele chamava de razão prática pura. Agora, esse conceito de uma razão pura ficou muito obscuro e não corresponde ao que normalmente chamamos de racionalidade. Penso que tal conceito foi uma mera construção e concordo com Schopenhauer quando pensa que a ideia de uma razão pura prática, na realidade, foi uma tentativa de secularizar o conceito de um mandamento moral religioso<sup>8</sup>.

Por outro lado, se pode ver isso também na sua concepção de autonomia da moral, que, para ele, é a “razão que é autônoma, porque nela o homem se dá a lei da moral a si mesmo”<sup>9</sup>. Tugendhat faz uma analogia para expressar a falsa autonomia na moral de Kant: “da mesma maneira como se dizia na religião que o homem é moralmente bom quando obedece a Deus, segundo Kant, o homem é moralmente bom quando obedece à razão pura”<sup>10</sup>. Deste modo, essa autonomia se transforma em heteronomia. Para o nosso filósofo, isso não é autonomia, porque para ele só há autonomia na moral quando “a moral é o que o homem mesmo quer”<sup>11</sup>. Em outras palavras, se alguém me perguntasse por que tenho que fazer “x”, só haveria autonomia se eu pudesse responder: porque “tu mesmo o queres”.

<sup>8</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), pp.116-117.

<sup>9</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.117.

<sup>10</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.117.

<sup>11</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.117.

## 2.2. O contratualismo

Isso nos dá a possibilidade de expor a tentativa do contratualismo contemporâneo. Os dois principais autores são David Gauthier, com o seu livro *Morals by Agreement (A moral por acordo)*, e Peter Stemmer (*Handeln zugunsten anderer*, Berlim, 2000). Eles querem mostrar “primeiro, que todos os homens ou quase todos querem uma moral em seu próprio interesse; e, segundo, como teria que ser caracterizada uma moral para a qual só o interesse próprio serve como base”<sup>12</sup>. Aqui, ao contrário do que foi visto em Kant, se tem uma clara intenção pela autonomia, porque o que se busca é o que é racional a partir da perspectiva de cada um, em que racional “representa simplesmente o interesse próprio”<sup>13</sup>.

No entanto, deparamo-nos com outro problema: como explicar, baseando-se em premissas puramente contratuais, a obrigação moral? É verdade que os contratos se fazem sob um fundo já existente de obrigação, seja moral ou penal, mas aqui se trata de explicar a normatividade moral. Falta também um sistema que impeça os homens de agir imoralmente, principalmente quando estão sós.

## 2.3. Moral da compaixão

Passamos a analisar a moral da compaixão apresentada por Schopenhauer. O aspecto da autonomia nessa moral está no fato de que a pessoa que age por compaixão “age assim porque ela mesma o sente e o quer”<sup>14</sup>. Mas Tugendhat vê um problema aqui também: além da incapacidade da compaixão para explicar virtudes morais importantes do ponto de vista do interesse próprio, como a confiabilidade e a justiça, se vê também o mesmo problema do contratualismo, isto é, a questão da normatividade<sup>15</sup>.

Por esse motivo, diz Tugendhat que uma “teoria satisfatória de uma moral autônoma deveria incluir tanto o fator contratualista e de interesse próprio como o de compaixão”<sup>16</sup>.

<sup>12</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.118.

<sup>13</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), pp.118-119.

<sup>14</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.120.

<sup>15</sup> Cf. TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.120.

<sup>16</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.120.

### 3. Autonomia compartilhada: a proposta de Tugendhat

Foi visto anteriormente que as últimas duas correntes careciam do principal ponto da moralidade: a obrigação moral contida nas normas. Por isso Tugendhat vê a necessidade de analisar o que se entende por uma moral em geral, para depois chegar à moral autônoma, como ele a vê.

#### 3.1. Moral em geral

A sua análise parte da constatação feita pelos etnólogos, que veem a pressão social como critério para que um comportamento se baseie em normas morais, ou seja, uma obrigação recíproca. Para poder chegar à compreensão da obrigação moral, para Tugendhat é preciso perguntar-se “que é o que acontece com uma pessoa, quando não faz o que deve ou que tem que fazer”<sup>17</sup>. O não cumprimento de uma norma aceita pela sociedade causa um sentimento negativo nos outros: a indignação. Esse afeto se diferencia dos outros por ser um afeto compartilhado, já que se produz só quando se supõe que os outros membros da sociedade moral também o deveriam tê-lo. Por outro lado, aquele que infringe a lei terá um afeto contra si mesmo, que pode ser chamado de “sentimento de culpa”. Para Tugendhat “o sentimento de culpa é o correlato do sentimento de indignação; no sentimento de culpa, antecipa-se à indignação dos outros”<sup>18</sup>. Aqui se encontra a base da norma moral, já que sem esses sentimentos não existiria sanção e, portanto, não existiria obrigação na norma moral.

A essa altura podem surgir alguns questionamentos que já foram feitos anteriormente como críticas ao contratualismo: onde fica o sentimento de indignação quando eu infrinjo uma norma moral no segredo? Ou como tratar o sentimento de culpa em uma pessoa fria, calculista e sem consciência moral, que age com total autonomia, fazendo as coisas porque ela quer, como, por exemplo, um assassino profissional, e que, por outro lado, em alguns casos tem a certeza de estar fazendo o certo? O nosso autor solucionará mais adiante estas possíveis objeções.

Tugendhat não deixa de lado os conceitos de bom e mau morais. Ele faz sua a explicação de John Rawls (*Teoria da Justiça*, §66), que os relaciona com os conceitos de aprovação e reprovação por parte da sociedade moral. Na reprovação moral está incluído o sentimento de indignação. O apreço vai unido ao querer ser apreciado também e não digno de desprezo. Para o nosso filósofo, “o essencial da apreciação moral é que nela se aprecia como se age especificamente em relação àquelas exigências

<sup>17</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.121.

<sup>18</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.122.

que os membros de uma sociedade se fazem reciprocamente”<sup>19</sup>. Assim, chegamos ao que ele denomina como consciência moral: “a base dessas exigências e valorações recíprocas”<sup>20</sup>. Isso se dá porque o que se teme não é só o afeto efetivo, mas também o possível, e neste caso o desprezo, além de se temer ser desprezível.

Para dar o passo à justificação de uma moral autônoma, é preciso superar um aparente problema: que conexão há entre os sentimentos morais e a justificação? Pois a justificação é algo racional, e os sentimentos morais fazem parte do mundo afetivo. Por isso a solução está em ver a relação que existe entre eles. Conforme Tugendhat:

O fato de que, numa sociedade moral, certas normas sejam aceitas significa que os membros da sociedade exigem-se reciprocamente o cumprimento das normas, e isso significa, por sua vez, que eles têm os sentimentos morais em relação a essas normas. Uma sociedade moral não sanciona certos comportamentos arbitrariamente: os membros de uma sociedade moral têm as atitudes afetivas para as normas porque creem que são justificadas. De modo que não se pode dizer: ou justificação ou sentimento, senão o que se justifica é que se exige o cumprimento dessas normas, e isso significa precisamente que se justifica ter os sentimentos morais em relação à infração dessas normas<sup>21</sup>.

Com isso, Tugendhat deixa bem claro que não se justifica simplesmente as normas, mas que agir de tal modo é bom, uma vez que assim se justifica ter os sentimentos morais em relação à infração dessas normas. Mas ao falar de motivação moral é preciso distinguir dois passos:

O primeiro consiste nas razões que se tem para se considerar membro da sociedade moral que é definida por essas normas, quer dizer nas razões para se ter com os outros os sentimentos morais em relação a essas normas. O segundo passo consiste na pergunta se a pessoa agirá efetivamente de uma maneira moral. Na minha explicação, é fácil dizer qual é a relação entre esses dois passos. O primeiro, aceitar certas normas, significa que, se são violadas, tem-se os sentimentos de indignação e culpa. O segundo, a pergunta se uma pessoa agirá de uma maneira moral, dependerá do peso que tem para ela, na situação concreta, o sentimento da culpa em relação com seus outros desejos, quer dizer, seus bens prudenciais<sup>22</sup>.

Para Tugendhat, a imoralidade pode estar em dois aspectos: falta de sentimentos morais ou em não querer agir de acordo com esses sentimentos, caso os tenha. Com isso, ficam resolvidas as aparentes objeções mencionadas acima.

<sup>19</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.123.

<sup>20</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.123.

<sup>21</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.124.

<sup>22</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.124.

### 3.2. Moral autônoma e autonomia compartilhada

Passamos a analisar o problema de uma moral autônoma entendido por Tugendhat. Para isso ele retoma a teoria do contratualismo. Como vimos anteriormente, ele não rejeita totalmente a teoria contratualista, critica apenas a falta de normatividade. Para ele, o problema está em querer construir a moral unicamente sobre o interesse próprio, porque partindo de uma moral em geral, que é “um sistema de exigências recíprocas que, por conseguinte, só se pode justificar reciprocamente”<sup>23</sup>, não se deve falar de apenas interesse próprio e sim de “interesses próprios de todos”. A diferença entre o contratualismo e a proposta de Tugendhat está no fato de que o interesse do outro, no primeiro caso, é tido em conta só porque sem ele não se chega a nenhum acordo, enquanto, no segundo caso, este aspecto faz parte do sentido da justificação. Na justificação recíproca temos um aspecto singular: o de igualdade, já que sem esse aspecto, não seria possível justificar reciprocamente uma norma moral. Já no contratualismo não se dá necessariamente essa igualdade, uma vez que a pessoa pode decidir com quem fazer o convênio, o que não acontece na justificação recíproca, pois os outros estão dados.

Antes de prosseguir, Tugendhat coloca a seguinte objeção: “poder-se-ia perguntar por que uma justificação autônoma tem que ser recíproca. Não significa isso que para o indivíduo o resultado poderia ser menos favorável e, por conseguinte, menos racional?”<sup>24</sup> Por outro lado, tendo em vista a igualdade entre o meu ponto de vista e o do outro, “não seria isso um aspecto de heteronomia em relação com meus próprios interesses?”<sup>25</sup>

Para ele a resposta se encontra no conceito de “bom simples” ou “bom comum”. Pois no contratualismo só existe bom para mim, mas na moral autônoma se toma um elemento próprio das morais autoritárias (heterônomas), isto é, o bom comum, porque sem essa concepção de bom “a moral não se pode internalizar, de modo que não se pode desenvolver uma consciência moral”<sup>26</sup>. A falta desta concepção tira a obrigatoriedade e consciência moral do contratualismo.

Na verdade, não se dá uma heteronomia com relação aos interesses dos outros e sim o que se dá é uma “autonomia compartilhada”. O que ele quer dizer com esse termo? Para explicá-lo melhor, ele o compara com a autonomia kantiana, ou seja, uma “autonomia da razão e não da pessoa e de seu querer empírico”<sup>27</sup>. Por outro lado, a autonomia compartilhada “trata-se de um sistema em que todos se submetem a um conjunto de regras em que a autonomia de cada um fica limitada, mas só pela

<sup>23</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.126.

<sup>24</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.126.

<sup>25</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.127.

<sup>26</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.127.

<sup>27</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.129.



autonomia igual de todos os outros”<sup>28</sup>. Ou seja, o que se dá aqui é uma relação simétrica entre as pessoas.

Nasce outro questionamento: qual é a motivação que pode ter o indivíduo para entrar numa relação simétrica? A compaixão, responderá Tugendhat. Para chegar a essa conclusão ele faz todo um caminho explicativo. Ele primeiro ilustra duas possíveis motivações: “uma é que o entendemos instrumentalmente como a única possibilidade de chegar a uma moral não heterônoma. A outra possibilidade seria que se entende essa limitação da própria autonomia como um valor para si mesmo”<sup>29</sup>. Na segunda postura, vemos a autonomia como um valor, ou seja, como um bem. Ele não para aqui, mas vê a necessidade de distinguir dois sentidos em que se pode falar de autonomia relacionada com a moral.

O primeiro é a autonomia como princípio de justificação em contraste com a heteronomia e, nesse caso, autonomia se identifica com autonomia compartilhada. Um segundo sentido pode ser entendido no sentido de *espontâneo*. É com esse sentido que ele introduz a ideia de Schopenhauer de uma “moral da compaixão”. O motivo da introdução dessa moral é o fato do conteúdo da moral autônoma exigir um comportamento altruísta no interesse dos outros. Visto que a moral é um sistema de normas, o motivo do que age moralmente não é o bem dos outros diretamente, mas o cumprimento com as exigências morais. Daqui se pode distinguir um altruísmo que aja na base do sentimento que se tem pelo outro. Assim se podem distinguir duas formas de altruísmo: o moral e o que tem seu motivo num sentimento para com o outro<sup>30</sup>.

Dá-se mais um passo à compaixão como motivo da ação moral, já que esse altruísmo com base no sentimento se pode chamar de altruísmo espontâneo, uma vez que não está mediado por um sentido de obrigação. Dirá Tugendhat: “quando, por exemplo, alguém arrisca sua vida para salvar outrem, o pode fazer por seu sentimento para o outro ou porque se não agisse assim, se teria que desprezar”<sup>31</sup>.

Por outro lado, a moral da compaixão rejeita a falta de relação direta e de espontaneidade no altruísmo normativo, ou seja, ela rejeita o normativo como tal. Este elemento da compaixão tem um elemento a ser fomentado, a saber, o altruísmo espontâneo, mas por outro lado tem três limitações, que o impedem de ser a base de uma moral autônoma compartilhada. Primeiro, já que é um sentimento espontâneo, nada me garante que seja o sentimento prevalecente sobre os demais, como por exemplo, o de crueldade. Segundo, há esferas da moral em que não se pode ter a compaixão por base, como no caso das virtudes da justiça e da confiabilidade. Terceiro, por não ter um caráter de generalidade, não

<sup>28</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.129.

<sup>29</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), pp.129-130.

<sup>30</sup> Cf. TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.131.

<sup>31</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.131.

poderá sair nada de normativo dele, e aqui está o grande problema. Por este motivo, “a compaixão não pode substituir o interesse próprio como base da moral. Uma moral não heterônoma só pode gerar-se à base do interesse próprio”<sup>32</sup>. Mas para Tugendhat a moral deve incorporar o motivo da compaixão.

Até aqui ele nos apresentou a perspectiva do ponto de vista do autor da ação moral. Da perspectiva do espectador, que todo agente moral também é, a única coisa que se espera da ação dos outros é que eles ajam moralmente e é isso o que parece conduzir a louvar também toda ação altruísta feita por compaixão, já que chamamos de boa uma pessoa que também age por simpatia e compaixão, sem que sejam motivos morais, pois não são normativos. Assim a compaixão deixa de ser só um sentimento espontâneo e passa a ser uma virtude moral; adquirindo assim a faceta da generalidade<sup>33</sup>.

A universalização da compaixão tem uma repercussão direta sobre a própria moral; pois a esta, baseada no interesse próprio, tem uma tendência a querer limitar o âmbito da sociedade moral. No entanto, com a entrada da compaixão generalizada, a moral se amplia a todos os seres humanos e aos outros seres capazes de sofrimento<sup>34</sup>. Aqui parece nascer um problema, ou seja, os animais, que não são seres humanos, também têm moral? Problema este logo resolvido por Tugendhat: “essa moral é essencialmente recíproca, por isso parece limitada aos seres humanos e, em particular, àqueles que têm a capacidade de agir moralmente”<sup>35</sup>.

Então, com a entrada da compaixão na base da moral, temos duas raízes de uma moral não heterônoma, mas com uma pequena diferença. Deixemos que o próprio Tugendhat nos ilustre:

O interesse próprio e a compaixão parecem ser as duas raízes de uma moral não heterônoma, com o interesse próprio sendo a raiz principal porque só assim se pode gerar um sistema de exigências recíprocas. Esta moral, contudo, baseada no interesse próprio, conduz por si mesma a incluir a outra raiz. Uma vez que isso seja realizado e que a compaixão chegue a ser generalizada, não há uma razão forte que limite a compaixão ao âmbito de reciprocidade. Creio que a tensão que assim surge está na base de algumas das contradições que vemos nas discussões morais contemporâneas<sup>36</sup>.

<sup>32</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.132.

<sup>33</sup> Cf. TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.132.

<sup>34</sup> Cf. TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.133.

<sup>35</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.133.

<sup>36</sup> TUGENDHAT, E. “Das Problem einer autonomen Moral”. In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.133.

#### 4. Considerações finais

Podemos levantar um questionamento sobre a imoralidade de uma ação. Vimos que para Tugendhat a imoralidade de uma ação está na falta de sentimentos morais ou em não querer agir de acordo com esses sentimentos, caso os tenha<sup>37</sup>. Agora podemos estender esta problemática do singular à comunidade internacional ou confronto entre culturas, ou seja, como se explica a imoralidade ou moralidade de um grupo ou cultura que aceita certas normas morais como boas, mas que, ao mesmo tempo, os que estão fora deste grupo não o veem como tal? Inclusive veem como algo abominável, que fere o próprio núcleo da moralidade. Cito como exemplo o Nazismo, algo aceito por toda uma nação ou grande parte dela. Aqui não se dá um relativismo moral? Ou até mesmo, esse modelo de moral em geral se aplica mesmo à realidade? Uma concepção da moralidade que tem por base os elementos analisados por Tugendhat, não incentiva um conflito entre culturas? Será que são esses afetos, indignação e sentimento de culpa, que justificam e estão na base do cumprimento de uma norma moral? Realmente justificam porque devo fazer isso e não aquilo? É verdade que se dão esses elementos, esses afetos no sujeito que age, mas são eles a motivação do meu agir e o que determina a moralidade de um ato?

Consequentemente será que a definição oferecida por Tugendhat para a moral (sistema de exigências recíprocas) é a mais adequada e condiz com a realidade da moral? Pois parece que a moral não se trata apenas de uma relação de reciprocidade entre pessoas, mas também, e parece que ele considera estas questões, a moral é algo mais interno e que envolve a minha relação comigo mesmo. Eu posso fazer algo porque eu o considero como algo bom para mim mesmo ou até mesmo porque eu o vejo como algo bom em si mesmo e, simplesmente por ser bom, eu o faço. Na minha experiência moral me dou conta de que tem muitas ações que realizo no dia a dia, e que não as faço movido pelos sentimentos expostos por Tugendhat e sim pela bondade mesma da ação ou porque quero melhorar como pessoa.

Por outro lado, como pode a compaixão servir de justificação para uma ação moral, se estamos tratando de um sentimento? Ao tratar de um sentimento, estamos falando de algo variável, que hoje posso sentir e amanhã não. O próprio Tugendhat notou essa dificuldade e ele a soluciona elevando-a à virtude. Se é verdade que o sentimento é comum e instintivo a todos os seres humanos, também não é menos verdade que a virtude não é própria de todos os homens, instintivamente falando. A virtude só se dá em nós depois de repetirmos os mesmos atos, porque os considero por algum motivo bom. Nesse caso, os atos de compaixão só serão considerados virtude depois de repeti-los constantemente até que se torne quase um instinto, ou seja, algo natural, espontâneo.

<sup>37</sup> Cf. TUGENDHAT, E. "Das Problem einer autonomen Moral". In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007 (Trad. Adriano Naves de Brito), p.123.

Com esta objeção quero dizer que a compaixão não pode ser o motivo da ação moral por dois motivos: primeiro, porque a virtude da compaixão não é própria de todos os homens, a não ser potencialmente, e a compaixão como sentimento é instável e não me dá nenhuma garantia se me motivará amanhã do mesmo modo que me motivou hoje; segundo, porque ao se tratar de uma virtude, vemos elementos intelectuais, uma vez que eu escolho desenvolver esta virtude, e Tugendhat nos propõe uma moral naturalizada, ou seja, sem elementos intelectuais. Consequentemente aqui se dá uma contradição interna.

Não obstante esses aspectos, pode-se destacar vários pontos positivos da análise de Tugendhat. Entre eles, e não menos importante, está a reciprocidade que existe no agir moral humano. Tratei de analisar nesta exposição o artigo em questão, sou consciente que para ter uma maior compreensão seria necessário um maior conhecimento da obra de Tugendhat no seu todo. É uma porta que fica aberta para poder adentrar e aprofundar cada vez mais os diferentes aspectos que ele nos apresenta nesse artigo e que eu tratei, com as diversas limitações de espaço e conhecimento, de apresentar nessas páginas.

**Referência bibliográfica**

TUGENDHAT, E. "Das Problem einer autonomen Moral". In: *Anthropologie statt Methaphysik*. München: Beck, 2007, pp.114-135 (Trad. Adriano Naves de Brito).